



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA/ALVARÁ**

Processo nº: **1004416-86.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Maria de Lourdes Bianco**  
 Requerido: **Belarmina Aguiar Bianco**

JUSTIÇA GRATUITA

Juiz de Direito: **Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Defiro a AJG. **Anote-se.**

Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os seguintes valores:

- I. valores devidos pelos empregadores aos empregados;
- II. montantes das contas individuais do FGTS;
- III. montantes das contas individuais do PIS-PASEP;
- IV. restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física;
- V. **saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.**

No mesmo sentido, a Lei nº 8.213/91, artigo 112 contém regra idêntica no tocante ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.

No caso dos autos, não há dependentes habilitados perante a previdência social (fls. 13) e a parte requerente, na forma da lei civil, é o sucessor do *de cujus* - (fls. 8) – sendo que os demais herdeiros anuíram (fls. 14).

Assim, **AUTORIZO** a pessoa de Maria de Lourdes Bianco, CPF 744.204.538-34, RG 5523035 a **LEVANTAR A INTEGRALIDADE** do saldo existente na conta bancária nº **11184-9**, da agência **6509-9** do Banco **DO BRASIL**, em nome de Belarmina Aguiar Bianco, CPF 290.191.978-27, RG 3329492, **servindo esta sentença, assinada digitalmente pelo Juiz, como ALVARÁ JUDICIAL**, podendo o seu beneficiário praticar todos os atos necessários ao seu fiel cumprimento, podendo, inclusive, assinar em papéis e documentos para a consecução daquele objetivo, receber e dar quitação e encerrar mencionada conta de poupança. **O Banco deverá entregar ao autorizado cópia do termo de encerramento da conta.** Prazo: 180 dias

Ausente qualquer interesse recursal (art. 503, CPC), fica anotado o trânsito em julgado, ocorrido na data de prolação desta sentença, dispensado o lançamento de certidão pelo cartório.

Aguarde-se por 30 dias e, ausente provocação, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 13 de abril de 2016.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**